

# PROCESSO DE ESCOLHA SIMPLIFICADO PARA MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DE PALHOÇA/SC

3ª ETAPA - PROVA ESCRITA  
16/02/2023

## SUA PROVA

Além deste caderno de prova contendo 20 questões objetivas e 01 questão discursiva, você receberá do fiscal de sala:

uma folha destinada às respostas das 20 questões objetivas e transcrição da resposta discursiva.

## TEMPO

3 horas é o tempo disponível para a realização da prova, já incluindo o tempo para preenchimento das respostas na folha de respostas definitiva. Não será possível retirar-se da sala levando o caderno de prova, mas você poderá destacar e levar o rascunho do gabarito no final da página 5.

## NÃO SERÁ PERMITIDO

Qualquer tipo de comunicação entre as candidatas. Levantar da cadeira sem a devida autorização do fiscal de sala.

Portar aparelhos eletrônicos, óculos escuros, chapéus, bonés, ou qualquer item que esteja vetado pelo edital 02/2022 - CMDCA/PH.

## INFORMAÇÕES GERAIS

Confira seus dados pessoais, especialmente nome, documento de identidade e número de inscrição, e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas.

Assine seu nome, no espaço reservado, com caneta estereográfica de cor azul ou preta.

Não será permitida a troca da folha de respostas por erro da candidata.

Preencha as respostas com caneta estereográfica de cor azul ou preta e com letra legível.

Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as respostas constantes na folha resposta e que estejam perfeitamente legíveis.

As 2 (duas) últimas candidatas só poderão sair juntas, após entregarem ao fiscal de aplicação a folha de resposta e assinarem juntas a ata de encerramento de aplicação da prova escrita.

Boa prova!



Sapiientia

CAPACITAÇÃO & CONSULTORIA

## QUESTÕES OBJETIVAS

01. Conforme estabelece o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são atribuições do Conselho Tutelar, **exceto**:

- a) Expedir notificações. Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência.
- b) Expedir notificações.
- c) Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional.
- d) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- e) Substituir genitores ou responsável em qualquer situação em que não puderem se fazer presentes.

02. O ECA determina que pessoas de até uma determinada idade não podem viajar para fora da comarca onde residem desacompanhados dos pais ou responsáveis, ou de ascendentes ou colateral maior, até o terceiro grau, sem autorização. De acordo com o art. 83 do Estatuto, qual é essa idade?

- a) 02 anos.
- b) 16 anos.
- c) 18 anos.
- d) 06 anos.
- e) 10 anos.

03. De acordo com o que está preconizado no ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental precisam comunicar diversos fatos relacionados aos estudantes ao Conselho Tutelar, exceto:

- a) maus-tratos envolvendo seus alunos.
- b) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
- c) elevados níveis de repetência.
- d) boletins escolares abaixo da média.
- e) todas as alternativas.

04. Em consonância com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, marque a alternativa correta:

- a) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até dez anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.
- b) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e

adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

- c) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.
- d) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até dez anos de idade completos, e adolescente aquela entre onze e dezoito anos de idade.
- e) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até onze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quinze e dezoito anos de idade.

05. Conforme o estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.
- b) É dever somente da família e da comunidade, assegurar com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.
- c) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- d) Na interpretação desta Lei levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- e) Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

06. Segundo o art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é atribuição do Conselho Tutelar:

- Atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105.
- Conceder guarda provisória.
- Prestar serviço de assistência na área de proteção à maternidade de adolescente.
- Resolver problemas de indisciplina de aluno na escola.
- Fiscalizar sistematicamente adolescentes em bares e boates.

07. O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, entre outras, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas. Sobre tais medidas, é correto afirmar que:

- As medidas socioeducativas podem ser aplicadas também aos pais ou responsável, ao passo que as medidas protetivas têm como destinatários apenas crianças e/ou adolescentes.
- Liberdade vigiada e acolhimento institucional são exemplos de medidas socioeducativas, ao passo que acompanhamento temporário e advertência aos pais são exemplos de medidas de proteção.
- As medidas socioeducativas são aplicáveis ao adolescente autor de ato infracional e as medidas de proteção são aplicáveis à criança autora de ato infracional.
- Destituição do poder familiar é uma medida de proteção aplicada pelo Conselho Tutelar.
- O Conselho Tutelar pode aplicar medidas de proteção e medidas socioeducativas a crianças, enquanto as medidas socioeducativas a adolescentes são aplicáveis apenas pela autoridade judiciária.

08. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e marque a alternativa correta:

( ) A garantia de prioridade compreende, entre outras, precedência de atendimento nos serviços públicos, ou de relevância pública.

( ) A vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias não é obrigatória, podendo os pais fazerem essa escolha.

( ) A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

- F – V – V
- V – F – V

- V – V – F
- V – V – V
- F – F – F

09. Analise as assertivas abaixo acerca das informações extraídas do Estatuto da Criança e do Adolescente:

I. Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

II. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

III. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, idéias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.

IV. O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.

Quais estão corretas?

- Apenas I e II.
- Apenas II e IV.
- Apenas I, II e III.
- Apenas II, III e IV.
- Todas as assertivas.

10. No que diz respeito à guarda, o art. 34 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que:

- O guardião tem o dever de cuidado e sustento, mas seus atos precisam ser autorizados pelos pais da criança ou adolescente.
- A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
- O Conselho Tutelar poderá conceder a guarda provisória em casos de grave violação de direitos.
- O termo de responsabilidade é uma modalidade de guarda, da mesma forma que a tutela.
- A adoção, a tutela e o termo de responsabilidade são modalidades de guarda.

11. No que se refere ao Estatuto da Criança e do Adolescente, o conselho tutelar é órgão:

- permanente, autônomo e não jurisdicional.
- permanente, autônomo e jurisdicional.
- interino, subordinado ao Ministério Público e não jurisdicional.
- permanente, subordinado ao Ministério Público e jurisdicional.
- interino, subordinado ao Ministério Público e jurisdicional.

12. No que tange ao art. 136, inciso III, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que o Conselho Tutelar poderá promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

- determinar a prisão do violador de direitos.
- requisitar serviços públicos nas áreas de direito, pedagogia, serviço social, e administração pública.
- pedir favores aos secretários municipais.
- determinar aos servidores municipais quais as técnicas de atendimento deverão ser utilizadas no acompanhamento de crianças e adolescentes.
- requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

13. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que:

- para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, será exigido, entre outros, ter idade superior a trinta anos.
- as decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade de polícia judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- é obrigatório ao conselheiro residir no município.
- o Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.
- para a candidatura a membro do Conselho Tutelar, será exigido, entre outros, ser brasileiro nato.

14. Segundo dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente sobre as entidades de atendimento, as entidades governamentais e não governamentais deverão proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, perante:

- o Conselho Tutelar.
- o Ministério da Justiça.
- o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- a autoridade judiciária competente.

e) o órgão competente do Ministério Público.

15. Acerca das medidas de proteção aplicadas pelo Conselho Tutelar à criança e ao adolescente, é correto afirmar:

- Violados ou ameaçados os direitos da criança e do adolescente, o Conselho Tutelar poderá promover a inclusão em programa de acolhimento familiar ou a colocação em família substituta.
- Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.
- Atender crianças e adolescentes, podendo aplicar diversas medidas de proteção previstas no art. 101 do Estatuto, como por exemplo advertência.
- Promover a execução de suas próprias decisões, desde que ouvido o Ministério Público e assim autorizado pelo Poder Judiciário.
- Assessorar o Poder Judiciário em casos que constituam infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.

16. O Estatuto da Criança e do Adolescente, nos artigos 131 a 137, traz orientações com relação ao Conselho Tutelar que é, como sabemos, um importante dispositivo de defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. Considerando tal legislação, analise as afirmativas abaixo e dê valores verdadeiro (V) ou falso (F).

- ( ) São permitidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado.
- ( ) O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.
- ( ) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- ( ) No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é permitido ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- V - F - F - V
- F - F - V - V
- F - V - V - F
- V - V - V - V
- F - F - F - F

17. Em um caso hipotético, o Conselho Tutelar realiza atendimento a uma adolescente que vem apresentando número elevado de faltas na escola. Durante o atendimento, a adolescente relata que foi vítima de violência sexual há cerca de três meses. Segundo estabelecido no Estatuto da Criança e do Adolescente, nessa situação, em que há uma notícia de infração penal cometida em face da adolescente, o Conselho Tutelar possui atribuição de:

- encaminhar a notícia ao Ministério Público.
- investigar para descobrir quem foi o autor da infração penal.
- ignorar a notícia e tratar apenas das faltas na escola, que foi o motivo do atendimento.
- realizar o exame de corpo de delito na adolescente.
- intimar o suposto autor da infração penal para prestar depoimento.

18. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, conforme os preceitos constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente, observando-se que:

- em cada Município haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar, como órgão integrante da administração pública local, composto de 4 (quatro) membros, escolhidos pela população local.
- o mandato dos conselheiros tutelares será de 4 (quatro) anos, vedada a recondução.
- o processo de escolha de seus membros ocorrerá em data unificada em todo o território nacional a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.
- o exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral, reputação ilibada e notório saber na área.

- o Conselheiro Tutelar, por ter presunção de idoneidade moral, faz jus a prisão especial.

19. Segundo estabelece o art. 42, § 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente, entre adotante e adotado deve haver, no mínimo, qual diferença de idade:

- O adotante há de ser, pelo menos, dezesseis anos mais velho do que o adotando.
- O adotante há de ser, pelo menos, dezoito anos mais velho do que o adotando.
- O adotante há de ser, pelo menos, doze anos mais velho do que o adotando.
- O adotante há de ser, pelo menos, vinte e um anos mais velho do que o adotando.
- Não há previsão de diferença de idade no Estatuto.

20. Analise as assertivas sobre a venda de determinados produtos à criança ou ao adolescente:

I - armas, munições e explosivos.

II - bebidas alcoólicas.

III - produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica ainda que por utilização indevida.

IV - fogos de estampido e de artifício, exceto aqueles que pelo seu reduzido potencial sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.

V - revistas e publicações contendo material impróprio ou inadequado.

VI - bilhetes lotéricos e equivalentes.

Das assertivas acima, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, é proibida a venda às crianças e adolescentes:

- I, II, III, IV e V.
- Nenhuma das assertivas.
- Todas as assertivas.
- II, IV e VI.
- I, II, IV, V e VI.

Você pode destacar e levar o rascunho do seu gabarito para casa. Ao terminar sua prova, solicite ao fiscal de prova que recorte aqui!

|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1  | 2  | 3  | 4  | 5  | 6  | 7  | 8  | 9  | 10 |
|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |

